

Alguns olhares acerca do pensamento gramatical e o instrumental metalinguístico no ensino de língua portuguesa

Some observations on grammatical thinking and the metalinguistic instruments in the teaching of Portuguese

Gissele Chapanski

Doutora em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Docente do Programa de Graduação em Letras do Centro Universitário Santa Cruz (UNISANTACRUZ)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1400-5622>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2295009989645608>
E-mail: gisselechapanski@gmail.com

Cindy Mery Gavioli-Prestes

Doutora em Letras pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Docente do Departamento de Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3844-7943>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4360274523411118>
E-mail: cindy.gavioli@gmail.com

Resumo

Boa parte do instrumental metalinguístico da ciência linguística vincula-se a uma longa tradição historiográfica. A terminologia naturalizada (BORGES NETO, 2013), e, portanto, predominante, inclusive em distintas áreas da linguística, é a advinda do pensamento gramatical, estabilizado no Ocidente por volta de II a. C. Ao contrário de outras disciplinas que, nos séculos XVIII e XIX, recorreram a expedientes das línguas latina e grega antiga para compor um arcabouço terminológico específico, conforme modelos cognitivos propriamente científicos, a gramática manteve-se, de modo cristalizado, como modelo de pensamento do objeto “língua”. Ou seja: suas definições e termos não fizeram exatamente o “salto científico” necessário para gerar categorias condizentes com modos mais contemporâneos de pensar, típicos do advento das ciências propriamente ditas. Seguem, antes, vinculadas, ao menos historicamente, à concepção de ‘língua’ antiga, ao passo que permanecem utilizadas em diversas teorias linguísticas atuais, que, por sua vez, não reproduzem essa concepção do fenômeno linguístico. Exemplificando, temos termos que designam nossas classes de palavras, que atravessam séculos relativamente cristalizados, juntamente com suas definições, de caráter híbrido, eventualmente circular e contraditório, que permanecem no estudo escolar da língua e em certas perspectivas linguísticas consagradas. Tendo em vista esses apontamentos e considerando Chapanski e Gavioli-Prestes (2018) *inter alia*, nosso objetivo é justamente o de discutir e refletir acerca desse quadro em que as intersecções entre os olhares histórico e científico na trajetória dos estudos linguísticos devem ser analisadas e exploradas, a fim de fornecer caminhos viáveis para aplicação efetiva da ciência da linguagem nos meios educacionais.

Palavras-chave: Metalinguagem. Gramática. História da linguística. Linguística e ensino.

Abstract

Most of metalinguistic instruments of linguistic science is linked to a long historiographical tradition. The naturalized terminology (BORGES NETO, 2013), and, therefore predominant, including in distinct areas of linguistics, comes from the grammatical thought, established in the West around II B.C. Unlike other disciplines that, in the 18th and 19th centuries, appealed to expedients from the Latin and ancient Greek languages to compose a specific terminological framework, according to properly scientific cognitive models, grammar remained, in a crystalized way, as a model of thought of the object “language”. In other words, its definitions and terms did not exactly make the “scientific turn” necessary to generate categories consistent with more contemporary ways of thinking, typical of the advent of the sciences themselves. Rather, they are linked, at least historically, to the concept of ancient ‘language’ which would have conceived them, while they remain used in several current linguistic theories, which, in turn, do not reproduce this conception of the linguistic phenomenon. An example of this would be the terms used to designate our word classes, which cross relatively crystalized centuries, along with their hybrid and often circular and contradictory definitions, which remain employed in our

study of language in school and in certain established linguistic perspectives. It is a framework in which the intersections between the historical and scientific perspectives in the trajectory of the linguistic studies must be analyzed and explored, to provide viable paths for the effective application of the science of language in educational environments. In view of all these notes and taking Chapanski and Gavioli-Prestes (2018) inter alia into account, the aim of this paper is precisely to discuss and reflect on this.

Keywords: Metalanguage. Grammar. History of Linguistics. Linguistics and teaching.

Data de submissão: 16/06/2021 | Data de aprovação: 25/11/2021

1 Introdução

Quando lançamos um olhar sobre a linguística e seu aparato metalinguístico, aqui entendido como terminologia, categorizações e demais elementos do arcabouço conceitual mobilizado pelas múltiplas vertentes dessa ciência, verificamos que grande parte dos ‘termos’, e mesmo dos conceitos utilizados, toma como referência uma tradição historiográfica, e, por vezes, não parece ter realizado o salto científico condizente com os desdobramentos da linguística como ciência. Sem dúvida, a metalinguagem utilizada por inúmeras teorias científicas também está muito vinculada à tradição. No caso da Linguística, contudo, tal vínculo se dá por uma extrema permanência de elementos antigos, sem o devido balanço com novos modelos cognitivos estabelecidos por essa ciência.

Não só a nomenclatura de referência para objetos de estudo (a exemplo, *verbo*, *adjetivo*), permanece quase imutada praticamente desde a Antiguidade greco-latina, como suas definições seguem relativamente estáticas. E mais: a manutenção de um mesmo aparato metalinguístico implica uma segmentação analítica do objeto “língua” que não varia, ou varia muito pouco, por séculos.

Essa constatação, inclusive, não vale apenas para a perspectiva científica da língua em geral, pois é ainda mais perceptível no ensino. O ensino de língua portuguesa tem tomado o texto como seu objeto central, de acordo com documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), que ainda atuam como suporte para muitos livros didáticos de língua portuguesa, por exemplo. É a partir do texto que se realiza um trabalho voltado para questões estruturais (ou gramaticais). A princípio, esse procedimento poderia refletir os avanços das concepções linguísticas alcançadas por áreas como a Linguística textual e, em alguma medida, o faz. Nessa seara, porém, podemos verificar que a terminologia utilizada é aquela encontrada em gramáticas tradicionais e, de certo modo, definida na Nomenclatura Gramatical Brasileira (1959). Ao tratar das classes de palavras, por exemplo, encontramos substantivos, adjetivos e advérbios, não raro abordados em suas definições tradicionais, que pouco contribuem para o estudo da textualidade em si. Ou seja: o que poderia parecer um balanço positivo entre tradição e pensamento científico, revela-se antes como sobreposição de conhecimentos pertencente a âmbitos epistemológicos distintos.

Frequentemente o estudo da língua portuguesa está pautado nessas nomenclaturas que passam, inclusive, a ser o título de capítulos de livros didáticos ou mesmo o tópico central

da aula. Temos capítulos intitulados “Verbo”, ou ainda enunciados como “hoje vamos estudar os verbos”.

O que se observa com isso é justamente que o instrumental metalinguístico utilizado no ensino de língua portuguesa está vinculado a uma longa tradição historiográfica, ainda atrelado às gramáticas gregas e latinas. Mesmo que a proposta geral transcenda esse limite, aderindo às perspectivas da Linguística textual ou aplicada, há uma linha de força que promove a retomada de conhecimentos que remontam a uma tradição anterior, raramente de modo articulado. Não há qualquer problema em se valer da tradição para embasar e desenvolver novos raciocínios e sistemas de cognição em ciência. Contudo, quando se usa como parte integrante do objeto estudado uma perspectiva de análise fundada em um tempo muito anterior (como é o caso da conformação das categorias gramaticais no ocidente), o mais provável é que se acabe por moldar ou até limitar o desenvolvimento de novas abordagens.

Tendo isso posto, propomos aqui reflexões acerca do histórico e do científico no que contempla a gramática tradicional e de que forma isso se reflete no ensino escolar.

Para tanto, iniciaremos com uma exposição sobre o que entendemos por instrumental metalinguístico e sobre a questão do histórico e do científico, tecendo comparações. Em seguida, realizaremos discussões acerca do que foi exposto e sua relação com o ensino.

2 O instrumental metalinguístico: olhares históricos e científicos

Para realizarmos as reflexões ora propostas, apresentamos inicialmente o que entendemos por instrumental metalinguístico para, em seguida, realizar as devidas exposições acerca da questão histórica e científica que envolve esse elemento. Em última instância, a ciência linguística, ao constituir um conjunto de terminologias para referenciar instrumentos teóricos e epistêmicos da língua, é metalinguística em si. Como em qualquer ciência, a implantação de termos e modelos cognitivos que viabilizem a investigação de determinado objeto sob um método característico se estabelece e restabelece nos distintos pontos da história, num balanço entre elementos novos e antigos (cf. AMSTERDAMSKA, 1987). Os estudos da linguagem experienciaram esse processo, sem dúvida. A necessidade prática de ensinar e aprender línguas vinculada comumente a esses estudos reforçou as condições para o desenvolvimento não só de uma metalinguagem que lhes fosse característica, mas também de instrumentos metalinguísticos particulares. Representantes notórios desse aparato seriam as gramáticas, os glossários e os manuais de ensino, que, desde muito cedo na tradição ocidental, se consolidaram como “modelos textuais” destinados, cada um a seu modo, à investigação linguística.

Ainda que estabelecidos na Antiguidade, esses elementos permaneceram não apenas como modelos, mas como instrumentos metalinguísticos com abordagens e características muito preservadas ao longo da história.

Neste artigo, entendemos, portanto, como instrumental metalinguístico, esses aparatos reconhecidamente tradicionais na abordagem do fenômeno linguístico, ao lado de outros textos, propriamente científicos, desenvolvidos após o advento da linguística como

ciência de fato: artigos, livros e notavelmente manuais de aplicação de conhecimentos linguísticos, quais sejam.

2.1 O olhar histórico

Da Antiguidade aos dias de hoje, podemos perceber uma transmissão terminológica relativamente linear. No caso do Ocidente, as bases gregas antigas são preservadas, ainda que traduzidas para o latim e, mais tarde, para outras línguas. Termos como *ónoma* e *rhema* (nome e verbo) admitidos primeiramente na filosofia – consagrados, por exemplo, na abordagem aristotélica – são reaproveitados pela tradição gramatical alexandrina e posterior. O advento e estabelecimento dessas tradições gramaticais representa, a princípio, um sistema de concepção e investigação do fenômeno linguístico estabelecido inicialmente para ajudar na crítica e edição de textos de poetas antigos, como Homero. As funções da investigação “gramatical”, obviamente, se alteram ao longo da história. Pouco a pouco, os estudos linguísticos vão se prestando desde a investigação filosófica, de que não se dissociaram completamente, ao ensino de línguas, passando pela compreensão da língua em si.

Apesar dessas mudanças de foco e de função, o instrumental metalinguístico consolidado inicialmente pela tradição gramatical perdura, sem maiores transformações. Só isso, em si, já chama a atenção para possíveis perdas de seu potencial analítico e relativa incorporação ao papel de objeto a ser observado juntamente à língua em si. Desse modo, o que verificamos é a consolidação de uma tradição gramatical que, em parte, se naturaliza em tradição “metalinguística”.

À guisa de ilustração, tomemos as classes de palavras. Na *Tekhné grammatiké*¹, atribuída a Dionísio Trácio (II a.C.) e geralmente mencionada como a primeira gramática do Ocidente, é possível flagrar as bases da tradição historiográfica do pensamento gramatical e metalinguístico em geral. Em seu material, o autor da *Tekhné* já apresenta “partes do discurso” divididas desta maneira: 1. Nome (ὄνομα), 2. Verbo (ῥῆμα), 3. Particípio (μετοχή), 4. Artigo (ἄρθρον), 5. Pronome (ἀντωνυμία), 6. Preposição (πρόθεσις), 7. Advérbio (ἐπίρρημα), 8. Conjunção (σύνδεσμος).

Essas serão, basicamente, as classes de palavras como hoje as admitimos, não apenas nas gramáticas tradicionais, mas nas diversas linhas teóricas da linguística. A partir do século II a.C., instaura-se uma tradição de pensamento gramatical que vai do ambiente cultural helênico ao latino. Nesse contexto, os termos gregos são, em essência, apenas traduzidos para o latim e passam, relativamente preservados, ao português, por exemplo.

E não apenas na nomenclatura se pode notar uma transferência bastante fidedigna ao longo de períodos e vertentes epistemológicas. Consideremos a definição de “preposição” contida na *Tekhné* atribuída a Dionísio Trácio (II a.C.):

¹ Foge ao escopo deste trabalho discutir as questões de natureza e autoria factual da *Tekhné grammatiké*. Para uma aproximação mais efetiva desse tema, vejam-se, a exemplo, Law (2003) e Chapanski (2003).

A preposição é uma palavra pré-posta a todas as partes da frase em composição ou construção (sintaxe). Há dezoito preposições ao todo. Seis delas são monossilábicas – en, eis, ex, sun, pró, prós– e não realizam anástrofe, e doze são dissilábicas– *aná, κατά, διά, μετά, παρά, περί, ἀμφί, ἀπό, ὑπό, ὑπέρ*. (DIONÍSIO TRÁCIO, tradução nossa).²

O que a *Tékhne* entende por preposição aqui é, na verdade, um conjunto de partículas que podem funcionar anexadas a outras palavras, como prevérbios, por exemplo, ou “livres”, antepostas a termos não verbais. Nesse último caso, elas funcionariam como o que hoje correntemente se entende preposições de fato. É a essa dupla função dessas partículas que Dionísio alude ao afirmar que atuam tanto em composição (de palavras) como na construção da (sintaxe) da sentença. Em termos funcionais, portanto, não coincidem os elementos admitidos nesse período como “preposição” e os assim entendidos hoje.

Contudo, ao considerar uma gramática contemporânea, muitas similaridades emergem. A definição sugerida por Rocha Lima (1972), por exemplo, para a mesma “classe de palavras” é: “Preposições são palavras que subordinam um termo da frase a outro” (LIMA, 2011 [1972], p. 231). Diante dela, é possível perceber que não apenas ocorre uma transmissão terminológica relativamente linear, desde a antiguidade, mas também uma manutenção dos critérios mobilizados para a definição. Em ambos os casos, preposição é conceituada sob um critério posicional-sintático: é uma partícula que se coloca antes de outros elementos. Isso não se configura como um problema em si, porém, sem dúvidas aponta para uma problematização.

Após o advento da ciência, as noções de metodologia na abordagem, produção e difusão do conhecimento se estabelecem como uma necessidade para trabalhos investigativos e analítico-descritivos (dentre os quais se poderia entender a produção de uma gramática como a de Rocha Lima). Contudo, ao se preservar muito firmemente definições e categorias de uma tradição anterior, algo disso se perde, irremediavelmente. Há que considerar, por exemplo, que as definições de partes do discurso oferecidas na *Tékhne* não seguem um critério específico, metodologicamente determinado e uniforme: ora sintáticas ora semânticas, muitas vezes circulares. Isso se reproduz em gramáticas da contemporaneidade, revelando uma dissonância na apropriação do olhar histórico sobre os estudos linguísticos pela linguística, ou pelo pensamento científico da área, em geral.

2.2 O olhar científico

Entre o olhar histórico e o científico, encontramos o que é entendido como a naturalização da gramática, que, segundo Borges Neto (2013, p. 2), seria:

² **πρόθεσις** ἐστὶ λέξις προτιθεμένη πάντων τῶν τοῦ λόγου μερῶν ἔν τε συνθέσει καὶ συντάξει. εἰσὶ δὲ αἱ πρῶσαι προθέσεις ὀκτώ καὶ δέκα, ὧν **μονοσύλλαβοι** μὲν ἕξ· ἐν εἰς ἕξ σὺν πρῶ πρῶς, αἵτινες οὐκ ἀναστρέφονται· **δισύλλαβοι** δὲ δύο καὶ δέκα· ἀνά κατὰ διά μετὰ παραρὰ ἀντί ἐπί περὶ ἀμφί ἀπό ὑπό ὑπέρ. Disponível em: <http://www.hs-augsburg.de/~harsch/graeca/Chronologia/S_ante02/DionysiosThrax/dio_tech.html#18>.

o processo de tratar entidades teóricas como se fossem os próprios fenômenos. [...] Uma entidade teórica, como palavra, em princípio existente para uma teoria específica, passa a designar uma “coisa” do objeto observacional: uma “coisa” do mundo, existente para qualquer teoria que se debruce sobre o mesmo objeto observacional”. (BORGES NETO, 2013, p. 2).

Portanto, para o autor, isso ocorre porque tomamos entidades teóricas da gramática tradicional como objeto de estudo da língua: ao pensarmos o substantivo, por exemplo, tomamos esse elemento não mais como uma entidade teórica pertencente a uma teoria específica (no caso, a gramática tradicional) e passamos a analisá-la como integrante do próprio objeto de análise. Assim, passamos a conceber o substantivo como algo pertencente à língua e não a uma perspectiva teórica sobre a língua.

Esse mesmo processo epistemológico pode ser vislumbrado tanto em teorias linguísticas quanto no ensino de línguas. Ao pensarmos o ambiente escolar (e a sociedade em si), vemos que o modelo tradicional de gramática é compreendido, muitas vezes, como uma descrição perfeita e inquestionável da língua, ou antes, como parte da língua em si. Não é incomum encontrarmos discursos que remetem a essa ideia, defendendo um uso da língua que seja o ‘correto’, em termos de seguir exatamente o que a gramática tradicional prevê como sendo o “bem falar e escrever” da língua.

Dessa forma, temos, por trás disso, uma ideia bastante recorrente de prescrição e, conseqüentemente, de uma norma a ser seguida a ‘qualquer custo’. A partir disso, teríamos um olhar que entende a língua como sendo a sua gramática, ou ainda, como afirma Possenti (1996, p. 73), “na verdade, em casos mais extremos, mas não raros, chega-se a considerar que esta variante [“norma culta”, “variante padrão” ou “dialeto padrão”] é a própria língua”.

Esses discursos e assunções advêm justamente da naturalização apontada por Borges Neto (2013). No entanto, não são apenas nessas situações supracitadas que encontramos esse processo: como mencionado anteriormente, é também encontrado em teorias linguísticas consagradas. Como forma de exemplificar, citamos duas teorias que serão exploradas a seguir: o gerativismo e o funcionalismo.

Ao analisarmos a gramática de Moura Neves (2000), vinculada ao modelo teórico funcionalista, encontramos termos como substantivo, artigo e preposição. Eles são conceituados de forma semelhante ao que encontramos na gramática tradicional. Como forma de ilustrar, tomemos o que se diz acerca das preposições:

Algumas palavras da língua que pertencem à esfera semântica das relações e processos atuam especificamente na junção dos elementos do discurso, isto é, ocorrem num determinado ponto do texto indicando o modo pelo qual se conectam as porções que se sucedem.

Esses elementos podem ter seu estatuto determinado dentro da estrutura da oração ou dentro de subestruturas dela (caso das **preposições**, das **conjunções subordinadoras** e das **conjunções coordenadoras**) [...]. (MOURA NEVES, 2000, p. 601, grifos nossos).

Os termos em destaque são oriundos de uma tradição gramatical, como temos argumentado aqui. Acerca da preposição, é possível verificar um tratamento muito similar ao apresentado em gramáticas anteriores. Nessa gramática de usos de Moura Neves (2000), vale destacar a descrição mais ampla e elaborada acerca das preposições, como é possível flagrar tanto nessa citação quanto na organização do capítulo intitulado “as preposições”, que apresenta o uso de cada uma das preposições (nomeadas pela gramática tradicional).

Observando, ainda, outra teoria, no caso, o gerativismo, encontramos em Miotto (2013), por exemplo, os termos nome, determinante e preposição. Notam-se nessa teoria diferenças metalinguísticas no que tange aos termos conhecidos ‘tradicionalmente’, como o substantivo, que aqui é chamado de nome, e como o artigo, nomeado como determinante. Já a preposição permanece com a mesma nomenclatura. Apesar dessas diferenças, vemos que há uma combinação dos elementos desses conjuntos, ou seja, os itens que são nomeados como substantivo seriam, de certo modo, equivalentes ao que são tratados como nomes.

3 O instrumental metalinguístico: aplicação nos meios educacionais

Levando em consideração todos os apontamentos e as discussões que foram apresentadas anteriormente, trazemos nossas reflexões acerca do proposto aqui. Não se trata de propor a abolição da perspectiva gramática tradicional, ou de condená-la em seu valor absoluto. O ponto que ora levantamos é antes o da necessidade da revisão institucional de seu lugar, como teoria investigativa **do** objeto *língua*, não como **parte desse** objeto, de fato.

Pensando no contexto escolar, podemos observar que a gramática tradicional, tal qual proposta por Bechara (2009), Rocha Lima (2011), Cegalla (2020), dentre outros, não é assumida como uma teoria acerca da língua, mas sim como “um conjunto de regras *que devem ser seguidas*”, nos termos de Possenti (1996, p. 63, grifos do autor). Portanto, há um caráter mais prescritivo/normativo do que descritivo ou explicativo, o que seria mais típico de uma postura teórica propriamente dita, determinada por um modelo científico, investigativo e analítico por definição. Ou ainda como afirma Cegalla (2020, p. 16, grifo nosso): “este livro pretende ser uma Gramática **Normativa** da Língua Portuguesa do Brasil, conforme a falam e escrevem as pessoas cultas na época atual”.

Uma vez compreendida como um modelo destinado a orientar o domínio de uma variante linguística, e não como filtro necessário a partir do qual se observa todo o fenômeno, esse tipo de gramática não apenas ganha uma função mais clara, como abre caminhos para um pensamento mais abrangente sobre o fenômeno linguístico. Uma vez que estudantes e professores compreendem a necessidade e a possibilidade de se observar a língua sob outras perspectivas, é viável educar para a plena compreensão de seu valor e papel social, assim como instigar para o reconhecimento dos desafios científicos que envolvem a compreensão desse objeto tão fundamental quanto complexo.

Dessa forma, seria possível afirmar que:

[...] A GT [gramática tradicional], por sua vez, se fez presença, por meio de sua trajetória histórica, não só para o grande auditório leigo, mas para o especializado, na linguística. Analogamente a um discurso que visa a persuadir, a gramática – não apenas os discursos que se valham dela ou a “defendam” como instância válida da análise linguística – seleciona dados válidos ao convencimento das massas. Nesse sentido, mais do que tão somente demonstrar, ela persuade. Considerada sua presença massiva, sua permanência como modelo retomado insistente e ciclicamente, a GT deixa de ser tomada como mais um meio válido de organizar o conhecimento meta e epilinguístico e passa a poder ser reconhecida como uma espécie de grande expediente argumentativo em si, cuja menção valida os diversos aspectos do discurso sobre o fenômeno linguístico. (GAVIOLI-PRESTES; CHAPANSKI, 2018, p. 174-175).

Assim, é inegável seu valor histórico e sua importância dentro dos estudos acerca da língua. Porém, a exemplo de outras ciências, como a Física e a Biologia, cabe tecer claramente a diferenciação entre o que é parte de um cabedal histórico, diacronicamente constituído a partir da sucessão de modelos cognitivos vigentes nas diferentes épocas das ciências, e o que é produto da ciência presente - das hipóteses, teorias e construtos ofertados em seu estado atual.

4 Considerações Finais

Longe de ser exaustivo, esse trabalho teve por objetivo pontuar e discutir acerca da metalinguagem, entendida como terminologia (mas não apenas), presente na perspectiva linguística, ao considerarmos a gramática, enquanto modelo tradicional, e o pensamento gramatical consolidado historicamente.

Com essa discussão, o que pudemos verificar foi que essa metalinguagem construída tradicionalmente acabou não se configurando como ‘científica’, na medida em que não exatamente reflete constatações recentes da ciência linguística.

Isso também acaba se estendendo para a questão do ensino, que acaba abordando isso de forma naturalizada, nos termos de Borges Neto (2013), visto que considera como objeto de análise o que é uma entidade teórica. Além disso, o que se verifica no ensino de língua portuguesa, apesar de se ter o texto como objeto central, como previsto por documentos oficiais, ainda é um ensino gramatical mais normativo e prescritivo, pautado no certo e no errado.

Por fim, destacamos que não há problemas em tomarmos essa tradição historiográfica. O importante é não admitir como mecanismo absoluto nos processos de investigação e ensino de língua.

Referências

AMSTERDAMSKA, Olga. **Schools of Thought**: The development of Linguistics from Bopp to Saussure. D. Reidel: Dordrecht, 1987.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BORGES NETO, José. **A naturalização da gramática e seu uso protocolar**. Conferência proferida durante o VIII Congresso da Abralín, Natal/RN, 02/02/2013. Disponível em: https://docs.ufpr.br/~borges/publicacoes/para_download/naturalizacao.pdf.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 1997.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da língua portuguesa**. 49 ed. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 2020.

CHAPANSKI, Gissele. **Uma tradução da tékhne grammatiké, de Dionísio Trácio, para o português**. 2003. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003.

GAVIOLI-PRESTES, Cindy Mery; CHAPANSKI, Gissele. A didática contemporânea de língua portuguesa entre expediente retórico e produto científico: pressupostos histórico e teórico e estudo de casos. **Revista Letras**, Curitiba, UFPR, n. 97, pp. 167-181, jan./jun. 2018.

LAW, Vivien. **The History of Linguistics in Europe**. From Plato to 1600. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

LIMA, Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora: 2011 [1972].

MIOTO, Carlos et al. **Novo Manual de Sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2013.

MOURA NEVES, Maria Helena de. **Gramática de usos do Português**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola?** São Paulo: Mercado de Letras, 1996.

